

A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS TRAZ PREJUÍZOS PARA TODOS

O Senado aprovou dia 17/6 a Medida Provisória (MP)1031/21 que promove a privatização do Sistema Eletrobras. Foram 42 votos a favor e 37 contra. O texto agora volta à Câmara, por ter tido mudanças do que foi aprovado pelos deputados federais. Na prática, a medida deve acarretar no aumento na conta de luz da população, fora as questões do desenvolvimento econômico e social nas regiões Norte e Nordeste, que serão prejudicadas em nome do lucro a ser enviado às sedes dos seus futuros controladores.

O meio ambiente também corre riscos, com possíveis políticas de descaso como vem ocorrendo com a Vale do Rio Doce, que jamais se preocupou em proteger os biomas onde atuam e suas populações locais, basta citar Brumadinho. Vender a Eletrobras é abrir mão das nossas bacias hidrográficas, do controle da nossa água, como a do Rio São Francisco. Vender as usinas já pagas pelo povo brasileiro ao longo de décadas e gerando energia a preço justo é injustificável. Mais uma vez a sociedade não foi ouvida por esse desgoverno, que destrói o patrimônio brasileiro, em nome de um projeto político autoritário. Nesta votação, Bolsonaro/Paulo Guedes fizeram todo tipo de lobby, promessas e concessões aos senadores.

A Eletrobras gera 1/3 da energia elétrica do Brasil, possui 47% das linhas de transmissão, é responsável pelo armazenamento de 52% da água do país, sua venda deve aumentar a conta de luz entre 16 e 17%, com risco de diminuição do volume de água disponível para a agricultura familiar e o agronegócio, o que impacta nos preços, além de representar aumento do risco de apagões em todo o país.

Mais especificamente no Nordeste, a privatização da Eletrobras vai afetar a transposição do rio São Francisco, cujo reservatório é controlado pela Chesf, que faz parte do holding da estatal. O impacto da venda será muito grande para todos, mas a privatização vai afetar, principalmente, o abastecimento de água no Nordeste porque a Região sofre com grandes períodos de seca.

A privatização da Eletrobras resultará na formação de oligopólio no setor elétrico brasileiro. Isso é extremamente prejudicial para o país, pois concede o poder de formação de preços para poucas empresas com interesses exclusivos de lucratividade para seus acionistas.

Além disso, a MP prevê a manutenção das contribuições associativas ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) por apenas quatro anos. Ou seja, o CEPEL corre sérios riscos de ser extinto, pois a Eletrobras é a sua principal mantenedora. Um Centro de Pesquisas é fundamental, principalmente no que tange à inovação, para a sobrevivência da Eletrobras, em um mercado competitivo e em transformação, e para o Brasil. Não está sendo previsto nenhum valor a ser destinado a novos investimentos em energia elétrica. Todo valor arrecadado com a operação será destinado a revitalizações, redução de encargos e tesouro nacional.

Diversos países desenvolvidos e emergentes não abrem mão da forte presença estatal em seus respectivos setores elétricos. Sejam eles: EUA, Canadá, Noruega, China, Rússia, Índia, África do Sul, dentre outros. O Brasil está indo na contramão do mundo com este projeto de privatização da Eletrobras. Uma estatal visa o interesse público. Uma empresa de capital privado visa o lucro. Uma multinacional vai colocar o preço que quiser, e sem competição as pessoas não terão outra alternativa.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



CÂMARA FEDERAL APROVA INCLUSÃO DOS BANCÁRIOS NO PNI

A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira, 17/6, a emenda da deputada federal Celina Leão (PP/DF) para inclusão da categoria bancária no PL 1011/2020, que trata da inserção de categorias de trabalhadores entre as prioritárias no Plano Nacional de Vacinação (PNI) contra a Covid-19. A matéria agora segue para o Senado.

O Sindicato dos Bancários tem trabalhado, incansavelmente, em conjunto com o Comando Nacional dos Bancários, para incluir a categoria entre as prioritárias na vacinação. Temos feito articulações com parlamentares em todos os níveis e conscientizado a

sociedade e o poder público sobre a importância de se vacinar os bancários que, desde o início da pandemia até os dias atuais, não parou o atendimento um só dia, procurando prestar atendimento à população num momento crucial para a economia.

A atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Entretanto, a categoria bancária não estava inserida entre as prioritárias para a vacinação. As agências bancárias são ambientes fechados e

se tornam vetores de contaminação pelo vírus da Covid-19, colocando em risco a vida de bancários, clientes e usuários.

“Essa foi uma importante vitória da nossa luta. Desde o começo da pandemia temos trabalhado na linha de frente, arriscando nossa saúde, nossas vidas e a de nossos familiares para prestar serviços bancários essenciais à toda a sociedade. Nossa mobilização e nossa unidade foram fundamentais para essa conquista. Agora, estaremos acompanhando a tramitação no Senado para agilizar a vacina no braço dos bancários”, afirmou o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo.

CEE/CAIXA COBRA CUMPRIMENTO DE PROTOCOLOS SANITÁRIOS CONTRA A COVID-19

Em mesa de negociação realizada dia 16/6, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e o banco discutiram a atualização do protocolo de prevenção da Covid-19. A reunião específica para a construção de uma proteção mais efetiva para os trabalhadores era uma cobrança dos representantes dos empregados e das entidades, já que as regras não eram revisadas desde julho de 2020 e o número de casos e mortes entre os empregados aumentaram.

No dia 4/6, a direção do banco anunciou alguns reforços, como a testagem em massa dos empregados; a ampliação de orientações internas de prevenção ao contágio e ações de higienização das unidades; acompanhamento emocional e psicológico dos trabalhadores e a manutenção do home office até o dia 30 de setembro.

Essas ações já eram demandas das entidades, algumas sugeridas desde o ano passado. No caso do home office, por exemplo, além de manter esse regime de trabalho, a CEE cobrou a ampliação do grupo de empregados nesta modalidade, já que as novas variantes do vírus podem agravar a doença em pessoas fora do grupo de risco. Embora tenha adotado as medidas, na avaliação dos integrantes da CEE/Caixa, como a aplicação não foi tempestiva, as medidas adotadas agora pelo banco são insuficientes.

Os representantes dos empregados apontaram falhas nas aplicações dos protocolos e cobraram medidas além das anunciadas pela Caixa. A coordenadora da Comissão, Fabiana Uehara Proscholdt, cobrou esclarecimentos sobre o fechamento das agências para higienização, em caso de contaminação de algum empregado ou prestador de serviço. “Devido à falta



de objetividade nas orientações, em algumas unidades a limpeza é realizada com empregado dentro da unidade, e isso só ocorre na Caixa”, explicou. “É preciso deixar explícito que a unidade só pode reabrir após a higienização. A orientação deve ser da empresa, pois a responsabilidade pela saúde e segurança de empregados e clientes é dela. Por isso, as determinações no protocolo devem ser inequívocas”.

Na reunião, os participantes definiram que estão suspensas todas as reuniões presenciais, bem como a visitação de clientes. A Comissão também pediu esclarecimentos sobre denúncias de convocação de empregados vacinados contra a Covid-19 e de grupos de risco para o retorno ao trabalho presencial. A Caixa informou que nenhum gestor está autorizado a fazer esta convocação e não há qualquer determinação da empresa nesse sentido. Mais uma vez, a representação dos empregados cobrou uma comunicação explícita da Caixa. “

Outra demanda defendida pela CEE foi a inclusão no protocolo de proibição de ingresso nas unidades de pessoas infectadas pela Covid-19, já que a falta de clareza no protocolo dá margem para que ocorresse este tipo de situação.

O fornecimento de máscaras adequadas (N95, PFF2, tripla cirúrgica) para os empregados foi uma das reivindicações da CEE. Os integrantes pediram informações sobre os valores disponibilizados às unidades para aquisição destes e de outros equipamentos de proteção. Em resposta, a Caixa informou que não identificou a necessidade de complementar o valor e que a quantia depende da composição das unidades, sem detalhar a evolução da verba. Muitos empregados reclamam da insuficiência do recurso para aquisição das máscaras.

Por fim, a CEE/Caixa solicitou a prorrogação do prazo para reembolso da vacinação contra a gripe, que termina no dia 30 de junho. A Caixa informou que vai estudar a ampliação do prazo.

RH 151: SINDICATO MANTÉM O DIREITO DE INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO AOS EMPREGADOS DA CAIXA

Em decisão por unanimidade do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região, no dia 16/6, o Sindicato dos Bancários do Ceará conquistou a manutenção do direito à incorporação de função dos empregados da Caixa Econômica Federal. A decisão abrange todos os empregados da Caixa, da base do Sindicato, admitidos até 10 de novembro de 2017.

Com a reforma trabalhista, instituída pela Lei 13.467/2017, a Caixa revogou, no dia 10/11 daquele ano (véspera da vigência da nova lei), a RH 151, alegando que a nova lei não assegurava mais este direito. O normativo interno assegurava que a gratificação de função fosse incorporada ao salário quando o empregado contasse com mais de dez anos de função e viesse a ser destituído, sem justo motivo, da função gratificada. O direito à incorporação da função para empregados com mais de dez anos foi pacificado no Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula 372.

Diante da revogação da medida por parte da Caixa, o Sindicato ajuizou ação no mesmo dia do ato (10/11/2017) para garantir os direitos dos empregados e conquistou decisão favorável em primeira instância em 6 de fevereiro de 2019. Dessa forma, todos os empregados, exercentes ou não de função de confiança, tiveram assegurados o direito à incorporação.

A decisão ainda cabe recurso. Entretanto, o departamento jurídico do Sindicato avalia que, se a Caixa recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), a decisão não deve ser favorável ao banco e o direito dos trabalhadores deve ser mantido.

O Sindicato informa ainda que todos os empregados que tiverem dúvidas sobre essa ação devem procurar o Sindicato através do telefone: 85 3252 4266 ou pelo e-mail bancariosce@bancariosce.org.br.



“Essa é mais uma etapa vencida pelo reconhecimento desse importante direito dos empregados da Caixa. É certo que temos que aguardar o trânsito em julgado, mas também temos que valorizar cada vitória e resistirmos na defesa das nossas conquistas. O Sindicato dos Bancários do Ceará continuará firme e forte na defesa dos direitos dos trabalhadores”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e vice-presidente da Fenaec



CONTRAF-CUT SOLICITA REUNIÃO COM NOVO PRESIDENTE DA CASSI

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) enviou na quarta-feira (16/6) um ofício ao novo presidente da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), Clóvis de Castro Júnior, solicitando o agendamento de reunião, em formato eletrônico.

“Ele acabou de tomar posse no cargo. Além de fazermos as devidas apresentações, vamos apresentar o cenário das relações entre as entidades representativas da categoria e dos usuários da Cassi. Também queremos transmitir nossas posições referentes aos planos de assistência à saúde dos colegas funcionários do Banco do Brasil”, explicou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

O ofício ressalta que “a Cassi é um patrimônio inestimável dos funcionários do Banco do Brasil e de seus dependentes” e que os trabalhadores têm “a certeza da necessidade da manutenção de suas



atividades e da continuidade das melhorias de seus serviços, sempre em atenção aos cuidados da saúde dessa comunidade”.

“Queremos destacar a importância dos canais de relacionamento entre as partes, que possibilitam a garantia dos debates de interesse

dos funcionários, usuários e seus dependentes”, disse o coordenador da CEBB. “Esperamos que a reunião seja realizada assim que possível, para que possamos reestabelecer as mesas de negociações. Tão logo ela seja realizada, os funcionários e usuários serão comunicados”, concluiu.

BANCÁRIO TORCEDOR DO FERRIM RECEBE CAMISA DO BOLÃO DO BRASILEIRÃO

O diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Bosco Mota, realizou a entrega de mais um prêmio do Bolão do Brasileirão. O torcedor do Ferroviário, do BB de Novo Oriente, Cícero Ernandes de Oliveira, foi um dos vencedores da promoção e recebeu sua camisa oficial na última semana. O Bolão do Brasileirão realizado pelo Sindicato durante a edição do Campeonato Brasileiro em 2020. Os dez primeiros que somaram mais pontos ganharam uma camisa oficial do seu time do coração e o primeiro colocado leva ainda uma TV Smart 40”.

Devido ao quadro de pandemia, a entrega dos prêmios está sendo realizada através de agendamento com os bancários. Os contemplados que residem no interior do Estado estão recebendo os prêmios oportunamente à retomada das visitas às suas respectivas regiões pela direção do Sindicato.



CARAVANA DA VACINAÇÃO SEGUE PELO INTERIOR DO CEARÁ

O Sindicato dos Bancários do Ceará segue visitando os municípios do Estado procurando agilizar a vacinação da categoria bancária. Na última semana, já conquistamos uma vitória: a Câmara Municipal de Horizonte aprovou por unanimidade a inclusão da categoria bancária entre as prioritárias para a vacinação contra a covid-19. Além de Horizonte, os dirigentes sindicais entregaram ofícios nas câmaras e prefeituras das seguintes cidades: Jaguaribe, Pereiro, Hidrolândia, Ipueiras, Varjota, Nova Russas, Reriutaba, Graça, Pacujá, Mucambo, Ererê (recebido pela prefeita Emaunelle Gomes), Iracema, Alto Santo, Banabuiú, Solonopoles, Quixelô, Cariús, Massapê, Caridade, Antonina do Norte, Jucás, Madalena, Caridade, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Jaguaratama, Jaguaribara, Guaiúba, Brejo Santo, Milagres, Barro e Mauriti.



SINDICATO SE REÚNE COM SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SANTANDER



No último dia 16/6, os diretores do Sindicato dos Bancários do Ceará, Eugênio Silva, Aílson Duarte e Clécio Morse participaram de reunião com o novo superintendente regional do Santander, Diego Neris.

A reunião ocorreu a pedido do próprio superintendente, cujo objetivo foi de apresentar a sua equipe de trabalho e estabelecer um

diálogo com o movimento sindical bancário.

Na ocasião, os dirigentes sindicais pontuaram problemas recentes que ocorreram nas agências do Santander relativos à contaminação pela Covid-19, além de questões relacionadas à segurança bancária.

Os dirigentes sindicais reivindicaram ainda o cumprimento dos

protocolos sanitários adotados pelo banco com relação à ocorrência de contaminação dos bancários pela covid-19. O superintendente reafirmou o cumprimento dos protocolos.

“Quando possível, o diálogo será sempre lembrado para buscar a solução dos problemas”, afirma Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander.

Brasileiro está mais pobre, triste e estressado

A crise econômica, agravada pela pandemia, que deixou milhões de trabalhadores desempregados e informais sem renda, aliada a falta de políticas públicas efetivas e propostas concretas para aquecer a economia e gerar emprego, aumentou a desigualdade de renda, derrubou o rendimento médio do trabalho e deixou os brasileiros mais infelizes. Isso é o que revela o estudo de Marcelo Nerí, do Centro de Políticas Sociais da FGV (FGV Social), publicado no jornal Valor Econômico. De 2019 a 2020, aumentou de 56% para 62% a fatia de brasileiros que disseram estar preocupados, 24% disseram estar sentindo mais raiva, estresse (47%) e tristeza (31%).

Vacina salva vidas

- Um estudo aponta tendência de queda
- proporcional de mortalidade em idosos
- com mais de 70 anos com o avançar da
- vacinação contra a Covid-19 no Brasil.
- Segundo pesquisadores da Universidade
- Federal de Pelotas (UFPel) e da Uni-
- versidade Harvard (USA), a imunização
- evitou a morte de 43.082 pessoas pela
- doença em 2021 no país. Os resultados
- mostram que a proporção de idosos
- entre o total de óbitos por coronavírus
- caiu de quase 28%, em janeiro, para
- 12% (entre quem tem mais de 80 anos)
- e 16% (entre quem tem de 70 a 79 anos)
- em maio.

Kit Covid lucrativo

- A empresa farmacêutica EMS informou à
- CPI da Covid que faturou R\$ 142 milhões em
- 2020 com medicamentos do chamado ‘kit
- covid-19’, comprovadamente ineficazes. O
- valor registrado é 8x maior ao registrado no
- ano anterior. Só a ivermectina foi a responsá-
- vel por metade do faturamento da empresa,
- registrando a marca de R\$ 71,1 milhões em
- vendas. Em 2019, a soma com a venda do
- medicamento era de apenas R\$ 2,2 milhões.
- Já com a venda da hidroxicloroquina, a
- empresa faturou R\$ 20,9 milhões em 2020. A
- divulgação e uso do kit pelo governo Bolso-
- naro contraria recomendações científicas do
- mundo todo.